

De uma crítica classista ao neoliberalismo

Eleutério F. S. Prado¹

Introdução

Eis que se tornou necessário examinar criticamente as teses sobre o “neoliberalismo” e sobre a sua “crise” dos conhecidos economistas políticos Gérard Duménil e Dominique Lévy. Como bem se sabe, por cerca de 40 anos, esses dois autores franceses vêm escrevendo sistematicamente, quase sempre em conjunto, sobre esse tema, havendo desenvolvido uma particular compreensão do evolver do capitalismo contemporâneo. Eis que essas teses, por refletirem certos interesses que movem as pessoas na sociedade atual, tornaram-se notórias e, até certo ponto, influentes, especialmente junto as forças políticas de esquerda.

Segundo eles, o neoliberalismo precisa ser reconhecido como uma política de recuperação do amplo poder das classes capitalistas, o qual – argumentam – havia sido perdido em parte no período em que prevalecera a socialdemocracia e o keynesianismo. Enquanto estratégia de dominação, emergiu da crise geral dos anos 1970 como uma resposta remodeladora das práticas e das instituições tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Pois, aquelas que vigoravam até então haviam se tornado incompatíveis com um crescimento econômico satisfatório, o qual seria necessário para a sustentação do poder de classe da burguesia dos países centrais, nacional e internacionalmente. Diante dessa situação, as forças políticas de direita que encarnam os interesses dessa classe aproveitaram o momento histórico adverso como uma oportunidade para recobrar a hegemonia perdida no passado. Nesse sentido, desde o princípio, o neoliberalismo “expressou a estratégia das classes capitalistas em aliança com a fração superior da gerência, especialmente com os gerentes financeiros, para reforçar a sua hegemonia e para expandi-la globalmente” (Duménil e Lévy, 2011, p. 1).

Para entender as teses desses dois economistas é preciso observar que eles, para apreender o evolver do capitalismo, julgam que é necessário se concentrar no exame da repartição da renda entre as classes sociais. Se admitem que essa repartição tem condicionantes estruturais, tais como o grau de desenvolvimento das forças produtivas e a maturidade das instituições democráticas, sustentam ao fim que resulta, em boa medida, das lutas pelos próprios rendimentos travadas por tais forças sociais. Pois, essas lutas, segundo afirmam, engendram determinadas configurações de poder – por certo, mutáveis historicamente –, dentro das quais certos padrões distributivos se consolidam.

O evolver do capitalismo, nessa perspectiva, deve ser apreendido como uma sucessão de etapas das lutas de classes. Acompanhando ao pé da letra uma frase famosa de Marx, estas são tomadas não apenas como o verdadeiro motor, mas também como chave de interpretação da história. Na esfera da produção capitalista e da geração da renda, eles obviamente distinguem um ganho de base que remunera a força de trabalho produtiva (no sentido de Marx) e um excedente que remunera em princípio todas as outras atividades improdutivas. No entanto, eles não se ocupam notadamente com o estudo da distribuição nesse nível de abstração e, assim, com a lógica da acumulação de

¹ Professor titular e sênior da FEA-USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>

capital; ao contrário, centram a sua análise especialmente no que ocorre no nível dos fenômenos observáveis na esfera da circulação. De qualquer modo, consideram a velha distinção que define uma classe de proletários em oposição à uma classe de capitalistas como insuficiente para analisar a efetiva apropriação da riqueza produzida no modo de produção capitalista tal como este se configura contemporaneamente.

Para conduzir a análise histórica das fases do desenvolvimento do que chamam de capitalismo moderno, eles distinguem três grandes complexos de classes: a) as classes capitalistas, proprietárias dos meios de produção, que incluem os industriais, os fazendeiros, os comerciantes, os banqueiros etc.; b) as classes dos gerentes que contém todos os assalariados que administram e comandam as empresas e os órgãos públicos em geral; e c) as classes populares, que incluem os assalariados, isto é, os trabalhadores produtivos e improdutivos que adiantam trabalho em troca de salários; os primeiros são responsáveis pela produção mercantil na esfera do capital industrial e os outros são aqueles que cuidam das tarefas comerciais e de manutenção do sistema. Incluem-se nessa categoria, também, os trabalhadores autônomos e mesmo os pequenos proprietários de meios de produção (campesinos, acanhados lojistas, artesãos etc.).

Mesmo se essas grandes categorias não são internamente homogêneas, elas definem, segundo Duménil e Lévy, os principais grupos de interesse no capitalismo contemporâneo. Às vezes, entretanto, é preciso saber distinguir certas frações dentro delas. Para efeito de compreensão do neoliberalismo em particular, creem que é necessário demarcar explicitamente uma delas, a fração superior, detentora de efetivo poder econômico, social e político, que pertence ao conjunto das classes capitalistas. De qualquer modo, é com base nessa estrutura de classes que eles procuram fornecer uma compreensão histórica das grandes transformações recentes da economia mundial.

Advento do capitalismo moderno

Por capitalismo moderno, eles entendem aquele que emergiu no último quartel do século XIX em razão do advento do que chamam de “revoluções corporativa, financeira e gerencial”. Após a primeira “grande depressão” ocorrida durante a década iniciada por volta de 1880, o capitalismo adquiriu então, pouco a pouco, uma nova configuração institucional, justificando assim essa denominação. Nessa fase cresceu o tamanho das empresas já que, então, a concentração e a centralização dos capitais atingiram níveis sem precedentes. Estas se expandiram não só nacional, mas internacionalmente. Para regular e controlar a competição, passaram a formar oligopólios, trustes e cartéis. O crescimento do tamanho das unidades de produção foi acompanhado de um movimento de racionalização em bases científicas das atividades produtivas e da organização empresarial como um todo.

Ao mesmo tempo, ocorreu também uma expansão dos grandes bancos, os quais, além de sustentar as operações das empresas em geral, vieram de fato a dominá-las financeiramente, passando a dirigir assim, em boa medida, o próprio processo de acumulação de capital. Junto com as transformações corporativa e financeira veio também uma expressiva mudança na esfera gerencial. Pois, o comando das empresas passou pouco a pouco dos proprietários do capital para os administradores profissionais, isto é, para uma cúpula gerencial e para um corpo subordinado de funcionários administrativos.

De acordo com esses economistas franceses, essa tripla revolução engendrou uma mudança importante na estrutura de classe do capitalismo. Ela consolidou uma fração burguesa que pode se afastar do comando das atividades operacionais das empresas capitalistas e que, por isso, ao mesmo tempo em que se libertou da produção de mercadorias, tornou-se muito poderosa. A dominação de classe no capitalismo moderno se desdobrou funcionalmente e, assim, tornou-se mais impessoal e mais técnica: a subordinação real dos trabalhadores ficou ao cargo da classe gerencial e a dominação do processo econômico como um todo passou ao controle de uma fração de capitalistas que atua nesse processo mediante a operação dos instrumentos financeiros ao seu dispor.

Nessa transformação, a propriedade dos meios de produção mais significativos passou a ser mantida principalmente por meio da aquisição e da posse das ações e de outros títulos – e não mais diretamente, tal como no velho capitalismo analisado pelos economistas clássicos e por Marx. Na nova ordem econômica, essa fração capitalista se tornou muito poderosa porque passou a controlar as operações do sistema por meio das concessões de empréstimos monetários para as empresas produtoras e comercializadoras de mercadorias em geral – e mesmo diretamente para os consumidores quando isto se torna necessário. Como comanda a aplicação de capital, essa pequena camada adquiriu assim o enorme poder social de definir os rendimentos em geral e, assim, implicitamente, os próprios rumos do processo de acumulação.

Esses dois autores, por isso, para melhor apreender a estrutura de classe do capitalismo moderno, passam a distinguir por meio do termo “finança” esse agente social muito influente, isto é, “a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras, encarnações e agentes de seu poder” (Duménil e Lévy, 2010, p. 187). Por finança, portanto, entendem uma função estrutural privilegiada que atua no sistema econômico como um todo – e não um setor de atividade. Destarte, deve ficar claro nesse ponto que eles tomam essa noção como crucial para distinguir o capitalismo moderno do capitalismo clássico e, assim, para poder chegar a uma compreensão do neoliberalismo que consideram adequada.²

Segundo Duménil e Lévy, o desenvolvimento desse modo de produção deve ser apreendido por meio da sucessão das formas de dominação de classe que nele prevaleceram. Pois, novas formas sobrevieram sempre como respostas às grandes crises econômicas que ocorreram no curso de sua atribulada história. Para designar cada uma das configurações específicas de poder que consideram distinguíveis nesse curso desde a virada do século XX, valem-se da noção de “ordens sociais” que se sucederam. Nessa perspectiva, três delas são assinaladas: uma primeira, que respondeu à primeira “grande depressão” do século XIX, iniciou-se no final desse século e foi até a crise de 1929; uma segunda, que respondeu à segunda “grande depressão”, começou no “New Deal” e perdurou durante os anos dourados do pós-guerra; e uma terceira, que respondeu à crise dos anos 1970, iniciou-se nos anos 1980 e veio até o presente. A primeira e a terceira são, então, caracterizadas pela “hegemonia” da finança. A intermediária,

² A palavra “finança”, portanto, é um termo próprio das concepções desses dois autores, Duménil e Lévy. Nesse artigo, usar-se-á o termo “capital funcionante” para designar aquele que atua no circuito do capital industrial em geral e que assume, assim, as formas de capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo. Empregar-se-á, por outro lado, o termo “capital financeiro” para denominar todo aquele capital que atua no financiamento de quaisquer atividades econômicas, isto é, das empresas em geral, dos indivíduos e dos governos.

classificada como ordem social em que prevaleceu a socialdemocracia, é assim distinguida de maneira diferencial das outras duas por ter sido marcada pelo “fordismo” como política distributiva na esfera da produção e pelo “keynesianismo” como política econômica na esfera da gestão global do sistema.

Nessa perspectiva, a terceira ordem social mencionada figura como aquela do retorno da hegemonia da finança: eis que, segundo eles, o “neoliberalismo é a última das três ordens sociais que constituem juntas o capitalismo moderno”. Trata-se, pois, de uma fase de desenvolvimento em que “a fração superior das classes capitalistas e as instituições financeiras passam a se beneficiar de uma capacidade não desafiada para conduzir a economia e a sociedade em geral de acordo com os seus próprios interesses” (Duménil e Lévy, 2011, p. 14-15). Para explicar a retomada, em novas bases, de uma configuração anterior de dominação de classe, esses dois economistas apontam que ela se tornou possível frente ao travamento do crescimento econômico nos anos 1970. A queda da taxa de lucro e a aceleração da taxa de inflação então observadas nos países desenvolvidos, em particular, nos Estados Unidos, criaram as condições para que o comando da finança voltasse a prevalecer. Indicam, então, que para apreender o caráter desse retorno é crucial compreender a mudança no papel econômico da classe gerencial na arquitetura do poder e da dominação capitalista.

A primeira hegemonia da finança, segundo eles, foi abalada com a grande crise de 1929 e terminou quando começou uma forte reação aos seus resultados. Para combater a estagnação que, então, parecia demorar indefinidamente, criou-se a moderna política monetária e fiscal e esta passou a se orientar explicitamente pela busca do crescimento e do “pleno emprego”. Os estados nacionais, por meio de políticas de saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego etc., forjaram aos poucos o assim chamado estado de bem-estar social. Como contrapartida do fortalecimento da intervenção econômica e do papel social do Estado ocorreu imperativamente uma contenção do poder dos capitalistas financeiros. A finança teve de conviver então com o que foi chamado de “regime de repressão financeira”. A classe dos gerentes ganhou, por isso, autonomia em relação à classe capitalista. A finança, em suma, teve de se subordinar ao objetivo do crescimento administrado, sob a égide da conciliação das classes e, portanto, do acolhimento das demandas das classes populares.

Segundo Duménil e Lévy, toda essa reorientação econômica, social e política só foi possível porque se formou nos países desenvolvidos uma nova configuração de poder político: “o compromisso do pós-guerra” – segundo eles – ocorreu porque se formou “uma aliança entre as classes gerenciais e as classes populares, sob a liderança das primeiras” (Duménil e Lévy, 2011, p. 17). Os capitalistas não foram evidentemente alijados nesse processo, mas tiveram de aceitar e conviver com o compromisso keynesiano e socialdemocrático, o qual requeria uma certa preponderância do poder gerencial tanto no âmbito estatal quanto no âmbito privado. Nessa perspectiva, as empresas privadas, sob o comando dos administradores profissionais, orientavam-se antes pelo investimento e pelo progresso tecnológico e não pela maximização dos resultados financeiros, tal como veio a ocorrer posteriormente. Segundo esses dois autores, a própria revolução keynesiana na gestão da economia como um todo deve ser encarada como uma expressão privilegiada do governo dos gerentes. Ora, nada melhor mostra essa preponderância, segundo eles ainda, do que as restrições impostas à mobilidade dos capitais que prevaleceram no período.

O neoliberalismo e a sua crise

A segunda hegemonia financeira não renegou as revoluções corporativa, financeira e gerencial; ela procurou mudar o comportamento das instituições do capitalismo contemporâneo em seu proveito. Ela também renunciou o padrão moderno de gestão e de intervenção macroeconômica; ao contrário, ela veio para assumir o controle da política econômica e para fazer com que esta passasse a atuar em favor das classes capitalistas e, em particular, em favor da finança. Eis que era preciso melhorar as condições dos negócios, aumentando as margens e as taxas de lucro, mesmo se para isto era necessário contrariar os interesses populares. E, para tanto, novos discursos ideológicos “pró mercado” e novos métodos administrativos “pró capital” tinham que ser encontrados. A marca registrada dessa nova hegemonia veio a ser a governança corporativa, a qual consiste num dispositivo gerencial que visa subordinar a gestão das empresas aos ganhos dos acionistas e ao pagamento dos compromissos financeiros. Por outro lado, os entraves ao livre curso das atividades financeiras foram desmantelados, permitindo, assim, uma ampla mobilidade dos capitais nos planos nacional e internacional. Ao mesmo tempo em que se instituiu a desregulação dos mercados, passou-se a propugnar pela austeridade na condução de todos os negócios, inclusive e especialmente aqueles levados a efeito no âmbito do Estado.

O modo de apreender a evolução histórica desenvolvido por Duménil e Lévy não se afasta da tradição da economia política e este ponto precisa ser aqui ressaltado. Ora, isto se mostra claramente em sua apreciação crítica do capitalismo contemporâneo como um todo. Por isso mesmo, ao final, convém que a transformação neoliberal, a qual visou precipuamente mudar de maneira radical a repartição da renda entre as classes sociais, não teria sido possível sem uma aliança entre as classes capitalistas e as classes gerenciais. Mediante esse acordo, as economias centrais do ocidente deixaram para trás o compromisso à esquerda anteriormente adotado e que fora caracterizado como socialdemocrático, para forjar um compromisso à direita que ficou conhecido como neoliberal.

Todas as três fases do capitalismo moderno – mencionam – terminaram com a ocorrência de crises severas e demoradas, as quais abalaram as práticas existentes e, assim, suscitarão a vinda de grandes transformações. Para resolver os impasses produzidos pelo próprio evolver de cada uma delas, novas práticas foram então forjadas e estas permitiram o desenvolvimento de novas etapas, as quais também não duraram para sempre. Como base nesse raciocínio e em face da dimensão da grande recessão que se segue à crise de 2008, chegam à conclusão de que o neoliberalismo está diante de grandes dificuldades históricas. As crises dos anos 1880 e 1970, segundo eles, foram provocadas pela queda pronunciada da taxa de lucro; já as crises de 1929 e 2008 surgiram no cume de um período em que prevaleceu a hegemonia da finança. Daí inferem, então, que a recessão prolongada das economias centrais é também um sinal forte de que se está diante do fim do segundo período histórico em que a finança pode comandar o evolver do sistema econômico para realizar os seus próprios objetivos intrínsecos, isto é, apropriar-se da maior parcela possível da renda. Concluem, por isso, que o capitalismo, diante da extensão e da profundidade da crise estrutural em curso, tem de experimentar agora uma nova mudança.

Tal como acontecera anteriormente, também o neoliberalismo foi minado por suas próprias contradições. Anotam, então, como contradição principal que a

maximização da renda e da riqueza da fração superior da burguesia se mostrou incompatível como o crescimento econômico sustentável: “o neoliberalismo” – escreveram – “é uma ordem social que visa a geração de rendimentos para as classes superiores de renda e não os investimentos na produção e, menos ainda, o progresso social. Assim, nos países do centro, a acumulação de capital foi sacrificada em favor de uma redistribuição da renda que beneficiou as classes altas” (Duménil e Lévy, 2011, p. 22). E, ao não produzir crescimento, minou a posição dos países centrais na ordem social do mundo como um todo.³ Pois, a aposta de que uma nova ordem social vencedora podia ser construída com base numa economia de serviços, altamente eficiente na produção de pesquisa científica, conhecimento e educação de altíssima qualidade não se tornou realidade.

Ademais, ao contrário, essa política produziu vários resultados perversos para as ambições imperiais dos países capitalistas desenvolvidos. O processo de desindustrialização enfraqueceu as economias centrais, favorecendo alguns países da periferia como a China e a Índia que puderam crescer a taxas elevadas. A financeirização que surgiu como resultado da desregulação não só minou a eficácia da intervenção macroeconômica, mas também produziu uma fragilidade estrutural que deixou marcas indeléveis na história econômica recente. Após o surgimento e o estouro de uma série de bolhas, as autoridades econômicas tiverem de redescobrir a necessidade de regular a atividade dos bancos em geral. Os desequilíbrios nos fluxos de mercadorias e de capital no nível internacional, em especial, nas relações da economia norte-americana com o resto do mundo, também se mostraram insustentáveis no longo prazo. Sobrepondo-se a tudo isso, sobreveio uma das consequências mais funestas das políticas neoliberais, a qual, na opinião deles, foi uma gradual e persistente erosão da hegemonia norte-americana.

Dado o esgotamento do neoliberalismo, o seu prosseguimento, segundo eles, pode causar desastres de grandes proporções na ordem econômica mundial, tais como, para dar exemplos, uma outra crise financeira grave, uma crise do dólar como dinheiro mundial, uma ruptura institucional de grandes proporções na Europa. Alternativamente, eles admitem como possibilidade que a potência hegemônica venha a liderar uma nova transformação que será conhecida como a quarta ordem social do capitalismo moderno. Assim, assumindo que a ordem neoliberal não é compatível com a grandeza do capitalismo norte-americano, eles preveem que uma mudança de rumo sobrevirá. Para que ela aconteça, preveem também que, no novo período, as classes gerenciais devem voltar à liderança do processo social e político, em detrimento do poder hegemônico

³ A tese segundo a qual a financeirização (o neoliberalismo, segundo Duménil e Lévy) causou a queda da taxa de acumulação de capital e, assim, do crescimento econômico, é bem problemática. Eis que explica o evolver da acumulação no modo de produção capitalista por meio de “anomalias” ocorridas na repartição da renda entre as classes sociais. Pressupõe, por exemplo, que parte substantiva dos lucros gerados na esfera do capital funcionante foi esterilizada ao se transformarem em ganhos das classes de altas rendas. Ao invés desses lucros serem convertidos em novos meios de produção com o propósito de ampliar a produção, eles foram sistematicamente drenados para a esfera financeira e, assim, canalizados para atividades econômicas que não geram crescimento econômico. Ora, a queda secular da taxa de acumulação de capital nas economias desenvolvidas, a qual se manifestou fortemente a partir dos anos 1970, é mais bem explicada na tradição que vem de Marx pela redução das oportunidades de investimento lucrativo em razão da própria evolução contraditória do processo de acumulação na esfera do capital funcionante. Nesse sentido, a falta de dinamismo na acumulação do capital funcionante é que vai explicar a exacerbada acumulação na esfera financeira – e não o contrário (Prado, 2014B).

das classes capitalistas. Audaciosa mente, eles chegam à conclusão que “os fundamentos de classe da nova ordem social seriam, tal como no neoliberalismo, um compromisso entre as classes superiores, capitalistas e gerentes, mas agora sob a liderança dos últimos.” (Duménil e Lévy, 2011, p. 30). De modo ainda mais audacioso, eles cunham mesmo um nome para essa nova ordem que está para chegar: “capitalismo neo-gerencial”.

Os fundamentos teóricos

Para bem compreender as explanações de Duménil e Lévy sobre o evolver do capitalismo desde o fim do século XIX é preciso examinar com bastante senso crítico os fundamentos teóricos de suas análises históricas. Para poder realizar esse escrutínio, é preciso notar que esses dois autores reclamam abertamente a herança de Marx, afirmam pensar com base na “teoria econômica” que encontram em *O Capital* e se definem, assim, como marxistas. Bem, se assumem essa posição no campo teórico e, com base nela, atarefam-se na tarefa de compreender o capitalismo atual, para poder atender à exigência posta na abertura do parágrafo, torna-se necessário investigar que marxismo é este que eles professam.

Eis que é, então, preciso partir de algum lugar. Ora, é fácil encontrar o ponto de partida para investigar essa questão já que eles mesmo dizem abertamente que visam analisar o capitalismo contemporâneo da perspectiva de uma “economia política marxista”. Eles próprios afirmam, portanto, que se encontram na tradição da economia política clássica tal como fora, sem uma ruptura fundamental, supostamente inflectida por Marx para passar a refletir aquilo que interessa aos trabalhadores: “a economia” – dizem eles – “não é regida por leis naturais (...) mas vem a ser um campo de relações sociais em que os indivíduos e os grupos estabelecem relações de cooperação, assim como também de subordinação” (Duménil e Lévy, 2003, p. 3). Dito de outro modo, eles compreendem o modo de produção capitalista como um sistema de interações em processo de reprodução que se mantém como contraditório, atribulado e conflituoso. Pois, na base de tudo se encontra o fato de que uma minoria de controladores (proprietários e administradores) dos meios de produção se apropria de boa parte do que fora produzido por uma maioria de trabalhadores assalariados. Isto é, eles se inserem numa tradição de pensamento econômico que se afirmou já no século XVIII e que apenas foi abandonada pelos economistas nos primórdios do “capitalismo moderno”, quando surgem *grosso modo* as teorias neoclássicas.

Fica evidente assim, já de começo, que eles privilegiam e porque privilegiam a questão da repartição do produto social entre as classes sociais na investigação do evolver histórico do capitalismo. Já David Ricardo, no prefácio de seus *Princípios*, depois de mencionar que as proporções do produto social destinadas às diversas classes envolvidas na atividade econômica mudam nos diferentes estágios da sociedade, aponta claramente que “determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política” (Ricardo, 1982, p. 39). Duménil e Lévy, como marxistas tradicionais, parecem diferir um pouco, entretanto, desse autor clássico porque parecem enfatizar as lutas sociais como os determinantes principais da repartição da renda entre as classes. É certo que discordariam de uma tese que sustentasse depender essa repartição apenas de “leis deterministas” da história. Mas essa diferença não pode ser radical, já que a luta de classe não está ausente da compreensão de Ricardo do

evolver do sistema econômico. E também porque ele certamente acolhia a ideia de que a Economia é uma ciência política que trata também do “exercício do poder no seio das instituições do Estado” (Duménil e Lévy, 2003, p. 5).

Mais importante do que isso vem a ser notar que, para esses dois economistas, o marxismo está fundado sobre uma “Economia”, isto é, sobre um corpo teórico que articula conceitos apropriados à apreensão de seu objeto de estudo – chamado também, usualmente, de “economia” –, tendo por finalidade apresentar os mecanismos que regem os seus funcionamentos. Eles enfatizam, por isso, que o próprio Marx fez um amplo uso da noção de “lei econômica” em *O Capital* e que, por exemplo, as leis do valor e da queda tendencial da taxa de lucro, aí articuladas, têm um papel fundamental na constituição da teoria como um todo. Essa leitura que fazem do texto clássico de Marx, entretanto, mostra apenas que têm dele uma compreensão científica. Pois, parecem não enxergar que se trata precipuamente de uma “Crítica” e não de uma “Economia”. E isto se torna bem evidente quando se percebe o modo como estabelecem a relação entre as leis objetivas e as ações dos indivíduos e das classes sociais que, supostamente, fazem a história.⁴ Segundo eles, “a ação dessas leis encontra-se geralmente submetida ao que se pode chamar de um *processo operatório*, isto é, um mecanismo que se impõem aos agentes” e que conrange os seus comportamentos (Duménil e Lévy, 2003, p. 6).

Se Marx apresentou no começo de *O Capital* a mercadoria, o dinheiro, o capital, nessa ordem, não é porque este lhe pareceu o caminho adequado para expor dialeticamente o modo de produção capitalista como um sistema de relações sociais dominadas pela relação de capital – isto é, como um sistema regido pelo automovimento expansivo, autonomizado e avassalador do próprio capital. É, isto sim – dizem –, porque ele quis mostrar, meramente, de um modo teórico, o capitalismo como uma sociedade de classes. Eis o que literalmente afirmam: “um dos objetivos principais de *O Capital* é, com efeito, a demonstração de que o capitalismo pertence à categoria geral das sociedades de classe”. Segundo esses dois economistas, ademais, “Marx atingiu esse objetivo por meio da construção de duas teorias, do valor e do mais-valor, que se remetem aos conceitos de mercadoria e capital; para ele, só o trabalho cria valor e os capitalistas se apropriam de uma fração, o trabalho excedente que corresponde ao mais-valor, do qual derivam suas rendas” (Duménil e Lévy, 2003, p. 7).

Nesse ponto é preciso ver como apreendem o conceito de valor que se encontra no texto de Marx? Apreendem-no, é bem evidente, como determinação própria do trabalho, tal como é encontrado nos escritos de Adam Smith e Ricardo. A citação aqui precisa ser extensa:

“Assim que a mercadoria é apresentada no mercado (em uma economia mercantil pré-capitalista hipotética) para ser vendida, o vendedor, anunciando o seu preço, reclama que ela seja reconhecida como resultado de uma dada quantidade de trabalho. Se custou mais trabalho do que uma mercadoria semelhante geralmente requer, este reconhecimento não será obtido; se custou menos trabalho do que o normal, o comprador não será capaz de argumentar a

⁴ É evidente que esses autores tomam a noção de “lei” como “lei empírica”. Eis o que dizem: “O estudo das inter-relações é, por sua natureza, muito técnico, pois trata da dependência mútua das variáveis (...) Mesmo que *O Capital* não recorra ao formalismo (...) o seu campo, de pleno direito, é o da modelização. Nessa matéria, o trabalho está ainda muito por fazer.” (Duménil e Lévy, 2003, p. 6).

favor de um preço mais baixo. Daí decorre o conceito de *trabalho socialmente necessário* (em que ‘socialmente necessário’ significa: na sociedade, em média).” (Duménil Lévy, 2003, p. 8).

Ora, nesse trecho há vários erros e eles precisam ser aqui apontados. Primeiro, Marx no início de *O Capital* não se reporta a uma economia hipotética. Ele não faz referência aí nem a uma economia mercantil simples que existiu no interior de modos de produção pré-capitalistas nem a um modo de produzir que nunca existiu de fato; de maneira bem diferente, estuda a economia realmente existente e, por isso, começa a apresentação do modo de produção capitalista pela mercadoria e pela troca simples que são os fenômenos por excelência da esfera da circulação do capital.⁵ Segundo, o vendedor da mercadoria não reclama que ela seja reconhecida como representante de uma dada quantidade de trabalho; de modo diferente, para Marx, o vendedor não tem consciência do valor e de seu processo de constituição, pois o valor se forma por meio de um processo que reside no inconsciente social. É bem sabido que Marx escreveu: “eles o fazem, mas não o sabem”. Terceiro, omite-se nessa formulação que o trabalho formador do valor é trabalho abstrato, o qual vem existir por meio de uma abstração feita pelo processo social em que domina a relação de capital, algo que ocorre a despeito do que pensam os agentes sobre o seu próprio trabalho.⁶

Em consequência particularmente dessa última omissão acima apontada, o valor passa a figurar no texto de Duménil e Lévy como uma categoria quase-empírica, como tempo de trabalho médio necessário para produzir uma dada mercadoria. Nessa perspectiva, ele é apreendido como uma inherência do trabalho social enquanto tal, o qual se torna preponderante e efetivo na economia mercantil generalizada. Mesmo sendo já sempre, segundo eles, um atributo do trabalho social, apenas nessa última, passa a regular como tendência implícita as proporções em que se dão as trocas. Para Marx, diferentemente, o valor é uma categoria suprassensível, metafísica, com presença histórica bem determinada. Enquanto algo posto já na esfera da produção, ele é um produto inerente e exclusivo da sociabilidade complexa constituída com base na relação de capital – e não, portanto, do trabalho enquanto tal; para ele, em consequência, a regulação implícita das interações mercantis pelo valor é própria do capitalismo enquanto modo de produção; ela apenas passou a existir com a sua emergência e desaparecerá com a sua superação no curso da história.

É evidentemente que o modo científico de ler Marx, como um continuador e aperfeiçoador da teoria econômica de Smith e Ricardo, tem consequências de amplo significado para o esforço de transformação da sociedade. Assumem – é certo – que ele

⁵ O marxismo tradicional típico toma a circulação simples de mercadorias como um modo de produção que existiu historicamente, na forma de enclave, no interior dos modos de produção pré-capitalistas. E, assim, pensa o valor, tal como está constituído na esfera da produção do capital no modo de produção capitalista, como atributo da economia mercantil em geral. O marxismo científico aqui examinado recusa essa maneira “histórica” de pensar o valor, passando a tratá-lo como noção interna de uma construção teórica. Passa a considerar, assim, a circulação simples como se fosse uma economia pré-capitalista historicamente hipotética (sic). Em ambos os casos, ela é tratada como se fosse um modo de produção singular, antecedente ao modo de produção capitalista.

⁶ É aborrecido ter de repetir a advertência de Marx, facilmente encontrável numa nota de rodapé do capítulo 1 de *O Capital*, quanto à insuficiência da análise de Ricardo: “não lhe ocorre, porém, que a mera diferença quantitativa entre os trabalhos” – diz – “pressupõe sua unidade ou igualdade qualitativa, portanto, a redução a trabalho humano abstrato” (Marx, 1983A, p. 76).

foi um pensador de esquerda, um pensador que trabalhou sempre para a completa superação desse modo de produção, mas reduzem a sua crítica ao capitalismo – e à ciência burguesa do capitalismo, isto é, à Economia Política – a uma teoria científica de valor instrumental para a prática política, uma teoria cuja ambição maior seria expor claramente os fundamentos econômicos da luta de classes tendo em vista superá-lo no curso do desenvolvimento histórico. Ora, o problema dessa interpretação redutora é que ela não chega a uma compreensão crítica suficientemente radical do capitalismo: ao ler os textos de Marx, ela não vê que está diante de uma crítica à própria racionalidade do sistema de relações sociais que constitui o modo de produção. O que aparece aí sob a lavra da crítica não é apenas um modo de exploração de classe, mas consiste sobretudo de um modo de subordinação do ser humano a um sistema de relações sociais que é não só intransporente, mas também irracional.⁷

E isto precisa ser bem enfatizado: numa leitura rigorosa, o capitalismo aparece, sob a crítica de Marx, como um sistema de relações sociais que se reproduz segundo uma lógica quase-automática, dado que se move por meio de um impulso interno irresistível – fonte também de instabilidade. Eis que essa lógica requer um crescimento ininterrupto da acumulação, mas, contraditoriamente, engendra sempre de novo crises e mais crises de superacumulação. Ademais, esse sistema se afigura como irracional também porque a sua perenidade no curso da história depende do fetichismo, do estranhamento e da alienação, isto é, da negação do ser humano enquanto ser autônomo possível. Assim, não se pode deixar de acompanhar Lohoff e Trenkle quando dizem: “partindo de uma crítica da produção de mercadorias e de suas contradições internas, Marx decifrará o modo de produção capitalista como um sistema fetichista altamente irracional, submetido a uma dinâmica histórica incontrolável que deverá conduzi-lo à sua própria autodestruição, caso a humanidade não seja capaz de superá-lo” (Lohoff e Trenkle, 2014, p. 16).

Um sopro do marxismo tradicional

Duménil e Lévy querem chegar, sobretudo, a uma explanação para a emergência e o passamento do neoliberalismo na história recente do modo de produção capitalista – este último ainda não ocorreu, mas já se encontra previsto – e para dentro em breve – na teoria por eles elaborada. Ora, aqui se quer mostrar que todo o esforço teórico desses autores peca por não compreender adequadamente o capital financeiro e a sua função na acumulação de capital. Mas essa tese apenas pode ser demonstrada aos poucos.

Veja-se, de início, que a análise que desenvolvem tem por foco privilegiado, por um lado, a produção de valor no processo real do capital e, por outro, a apropriação do valor gerado pelas diversas classes sociais que atuam na economia capitalista. Sob essa luz, aparece então, primeiro, a questão da divisão do valor gerado entre valor necessário e mais-valor, e depois, a questão da repartição do próprio mais-valor. Compartilham

⁷ Isto não implica que se esteja aqui endossando a tese segundo a qual a luta de classes prospera apenas como conflitualidade interna ao modo de produção e que, por isso, permanece sempre nos limites que este lhe impõe. Eis que se faz diferença entre a luta de classes tal como está posta nas condições correntes do funcionamento do capitalismo e o que está nela pressuposto, isto é, a transgressão desses limites que pode chegar, sob certas condições, à contestação do próprio sistema. Para tanto, porém, ela tem de ser luta que almeja por formas de vida distintas da mercantil – isto é, comunitárias.

deste último todas as atividades improdutivas, isto é, aquelas que não são produtoras de mercadorias reais e/ou não estão subordinadas à relação de capital. E esse é o caso das atividades financeiras. Como consequência, essa análise só permite enxergar tais atividades – mesmo se são entendidas como necessárias para o funcionamento do sistema como um todo – como mero meio de extração de parte da riqueza produzida pelas atividades que se dão na esfera da produção do capital.⁸

A compreensão insuficiente da categoria valor leva, em primeiro lugar, a uma compreensão igualmente insuficiente da categoria de capital. Duménil e Lévy, de uma maneira analítica, afirmam que Marx define o capital como “valor em movimento”, que passa por fases no processo da circulação mercantil, que é recriado e aumentado no processo de produção, em parte para ser consumido e em parte para ser acumulado. Para eles, portanto, capital em Marx é “valor adiantado por um capitalista que pode assumir, temporariamente, as formas de dinheiro, de mercadoria ou de meios de produção, pois passa ininterruptamente de uma dessas formas para as outras (...) para ser acrescido da mais-valia que provém da exploração do trabalho produtivo, substância de um lucro” (Duménil e Lévy, 2010A, p. 191).

Na verdade, Marx não apresenta o capital como algo que simplesmente passa por uma sequência de estados, num dos quais ocorre a exploração dos trabalhadores assalariados, mas como auto-movimento, como valor que se valoriza e, assim, como sujeito automático. Se o faz é porque pensa o capital como um ente metafísico que se apresenta como um quase-sujeito. Diante de seu processo objetivo, convém então que os sujeitos verdadeiros, isto é, as pessoas enquanto capitalistas, gerentes e trabalhadores, atuam usualmente apenas como suportes das relações sociais de que participam. Portanto, as classes como sínteses de ações coletivas, em estado de inércia ou atuando efetivamente no cotidiano do modo de produção, não se configuram para ele como sujeitos autônomos, mas sim como sujeitos alienados que normalmente atuam em função das condições imperativas postas pelo evolver da acumulação. Não se trata de dizer, portanto, que as ações dos agentes estão condicionadas pelos mecanismos do sistema, mas de mostrar que as pessoas se põem voluntariamente a serviço dos funcionamentos e dos processos do capital e que, por isso, negam-se a si mesmas enquanto sujeitos autônomos.

A compreensão insuficiente da categoria do valor impede também uma boa compreensão do conceito de capital financeiro. Em *O Capital*, esta forma de capital se apresenta, primeiro, como capital portador de juro e, depois, como capital fictício. No primeiro caso, surge aí como dinheiro emprestado, mas pode também aparecer como meio de produção e mesmo de meio de consumo cedidos, os quais reclamam um retorno que deve cobrir o principal e os juros. No segundo caso, brota como direito, como representação simbólica de fluxo devido de renda futura, configurando-se assim

⁸ Duménil e Lévy julgam que Marx considerava as atividades financeiras meramente como funcionais para o capitalismo. Por isso, dizem primeiro: “o setor financeiro e os mecanismos financeiros em geral não são, para Marx, intrinsecamente inúteis ou parasitários. Para, depois, contradizerem-se: “Ainda que essas funções do setor financeiro ocupem uma posição central na análise de Marx sobre o funcionamento do capitalismo” – continuam –, “ele sublinha também, de maneira muito vigorosa, os danos potenciais desses mecanismos. Podemos agrupar essas críticas em torno de dois termos, parasitismo e fragilidade. O mundo financeiro é, para Marx, o local de todos os desvios, quase ‘orgias’” (Duménil e Lévy, 2010, p. 279-281). O que eles não veem é que as atividades financeiras pertencem de modo intrínseco à totalidade do modo de produção capitalista e que, portanto, elas nunca são “desvios”, mas revelações verdadeiras da natureza intrínseca desse modo de produção.

como títulos, ações ou simplesmente como dívidas. Duménil e Lévy, ao examinarem esses conceitos fixam-se apenas em suas formas de aparecimento. Assim, partindo de uma diferenciação entre o capital como direito de propriedade e o capital como função na esfera da produção, o capital portador de juro é distinguido como capital de financiamento. Já o capital fictício é, para eles, atributo do capital de financiamento, da forma de cessão do valor de uso de certo montante de dinheiro. Para justificar, então, o adjetivo “fictício” sugerem que Marx o emprega por várias razões: a) porque o capital financia uma mera despesa; b) porque o capital financiador é representado por um instrumento jurídico independente; c) porque o capital nessa forma pode possuir um preço relativamente autônomo em relação ao capital em função que ele representa.

Ora, em Marx, o conceito nunca se refere meramente às formas do aparecer; assim, por exemplo, a mercadoria não é valor de uso e valor de troca, mas valor de uso e valor, porque este último é a forma social da relação de mercadoria – e, assim, do trabalho que produz mercadorias – no interior do modo de produção capitalista.

No presente caso, o conceito de capital financeiro não diz respeito somente às coisas que figuram como tais, mas às relações sociais que essas formas coisificadas representam. Assim, o capital portador de juros é a forma da relação que normalmente se estabelece entre o capitalista dono do dinheiro e o usuário do valor de uso do dinheiro como tal ou dinheiro como capital. Se se trata de um capitalista em função, ele emprega o valor de uso do capital de tal modo que o dinheiro emprestado entra na esfera da produção e se torna aí capital-dinheiro, uma das formas do capital funcionante. Se se trata de um agente gastador qualquer, ele emprega simplesmente o valor de uso do dinheiro como mercadoria universal – e não como capital. O empréstimo gera, é certo, uma representação de dívida que passa a figurar no mundo financeiro como capital fictício. Ora, para apreender o conceito de capital fictício é preciso também examinar que relação social ele configura. Sob esse nome, Marx designa o capital que procura crescer exclusivamente na esfera da circulação, mediante captura ou não de parte do mais-valor que se origina na produção mercantil. Nesse sentido, consiste de uma negação determinada do capital propriamente dito, já que este, para Marx, subordinada diretamente o trabalho assalariado para dele extrair um excedente.⁹

Na ordem de apresentação de *O Capital*, Marx, como se sabe, introduz o conceito de capital após os de mercadoria e dinheiro. E ele aparece aí sobretudo como capital funcionante que opera na esfera da produção de mercadorias reais. Ademais, como também se sabe, a exposição das características da produção e da circulação dessa forma de capital ocupa os volumes primeiro e segundo da obra, assim como as quatro primeiras seções do volume terceiro. Apenas a seção cinco deste último é dedicada à apresentação do capital financeiro, que aparece aí especialmente como capital portador de juros e como capital fictício. Ora, além de se mostrar como parte pequena em relação ao todo da obra, não se encontra aí uma exposição sistemática desse conceito; ao contrário, acha-se apenas uma compilação de notas esparsas que versam sobre o tema, as quais foram reunidas e ordenadas por Engels. Mas isto não deve significar que o capital financeiro tenha para Marx apenas um papel subsidiário no processo global de reprodução do capital. É possível defender a tese de que ocupa uma função essencial

⁹ Conforme Marx, “o capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho” (Marx, 1983B, p. 258).

nesse processo já que forma, junto com o capital funcionante, a riqueza abstrata capitalista, sendo por isso, também, fim intrínseco desse processo.

Nos três primeiros capítulos de *O Capital*, quando Marx considera a mercadoria, o dinheiro e a troca, a mercadoria aparece genericamente como a forma que assume os produtos do trabalho no modo de produção capitalista. Enquanto momento do processo de circulação M – D – M, figura duas vezes como mercadoria particular e uma vez como mercadoria universal, como dinheiro; de qualquer modo, aparece aí sobretudo como veículo de realização de valor de uso. Se surge no início como possibilidade de realização de valor de uso e no final como valor de uso realizado, na forma dinheiro, a mercadoria figura apenas como mediação. Já quarto capítulo, em que Marx apresenta o capital e examina o circuito D – M – D', a mercadoria figura sempre, nas três formas em que aí aparece, como veículo de realização do valor e, na verdade, como meio de realização do mais-valor.

A mercadoria em sua duplicidade de valor e valor de uso é, assim, finalmente, desvelada como forma elementar da duplicidade da riqueza capitalista, isto é, como riqueza concreta e riqueza abstrata ou, mais precisamente, como riqueza concreta que se encontra subordinada à riqueza abstrata. De qualquer modo, nesse momento de *O Capital*, assim como em muitos dos capítulos seguintes, a mercadoria figura centralmente como forma elementar da riqueza capitalista que está sendo produzida ou que já foi produzida no processo social.

Contudo, é preciso ver que a mercadoria atua também e, de modo crucial, no sistema capitalista como portadora da riqueza capitalista que ainda pode ou vai ser produzida. Eis que ela, enquanto forma elementar, é capaz também de tornar presente um montante de valor e de mais-valor que eventualmente será gerado no futuro. E isto só aparece explicitamente no capítulo XXI de *O Capital* quando Marx passa a tratar do capital portador de juros.

O dinheiro, ele mostrara extensivamente ao longo da obra, tem dois valores de uso centrais para o capitalismo: além de funcionar como dinheiro, ele pode funcionar também como capital. E, como capital, sendo desde logo promessa de mais-capital, pode ser transacionado em mercados específicos, tornando-se então mercadoria financeira. Eis o que diz o próprio Marx: “Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis* (...) o capital enquanto capital se torna mercadoria” (Marx, 1983B, p. 255). E essas transações em que se empresta o valor de uso do dinheiro, seja como dinheiro seja como capital, dão origem aos instrumentos de endividamento que, então, passam a figurar como capital ou, mais precisamente, como capital fictício – uma forma segunda da riqueza capitalista, a qual, na verdade, não é menos crucial do que a primeira (mais largamente tratada por Marx e os marxistas em geral) para a reprodução do sistema do modo de produção. Ao invés de representar valor passado, efetivamente criado, essa forma mercantil – que não é mercadoria real, mas formal – representa valor futuro, isto é, cristaliza como valor presente uma antecipação de valor futuro.¹⁰

¹⁰ A interpretação da mercadoria como promessa de realização, a qual sustenta a argumentação desse parágrafo, foi colhida no livro citado de Lohoff e Trenkle. Aí, com base nessa interpretação, esses dois autores assim explicam a natureza da mercadoria financeira: “Elas mediatizam relações sociais de uma natureza completamente diferente das mercadorias comuns. Apesar desse seu caráter, as ações e os títulos de endividamento não representam menos a riqueza capitalista do que as mercadorias que prosperam nos mercados de bens comuns” (Lohoff e Trenkle, 2014, p. 136).

Mas por que é crucial?

No capítulo IV do volume primeiro de *O Capital*, está dito que “o valor de uso nunca deve ser tratado como a meta imediata do capitalismo” (Marx, 1987A, p. 129). Pois, a produção de bens e serviços na forma de mercadorias reais é sempre um meio para a valorização do valor no capitalismo, isto é, para uma flagrante obtenção de lucros e mais lucros, de maneira incessante. Após ter concluído que o capital em geral inclui não só o capital funcionante, mas também o capital financeiro, fica claro que a meta imediata desse sistema vem a ser valorização da riqueza abstrata em geral por meio da obtenção não só de lucros, mas também de juros, dividendos, bonificações etc. Agora, se a riqueza abstrata capitalista é tanto aquela que foi efetivamente criada no passado, e que subsiste como valor implícito em mercadorias reais, quanto a riqueza que vai possivelmente ser criada no futuro, que subsiste como antecipação de valor, como forma mercantil no suporte de “papéis”, é preciso concluir que existe uma diferença crítica entre a acumulação de capital em sentido amplo e a acumulação efetiva de valor.¹¹

Ora, essa diferença existe porque a riqueza capitalista é criada não apenas por meio da extração de mais-valor, mas também por meio da criação de crédito, uma operação corrente que torna presente e “real” um valor futuro apenas possível; eis que este, assim, antecipa ganhos, os quais apenas em parte e certas circunstâncias provirão de mais-valor que será arrancado no futuro dos trabalhadores assalariados. No capítulo XXVII do terceiro volume de *O Capital*, Marx elenca as funções do crédito na economia capitalista. Aqui interessa ressaltar que menciona o seu efeito duplo e contraditório sobre o evolver do sistema: por um lado, acelera o processo de reprodução, mas, por outro, serve de base para a especulação. Eis, por exemplo, o modo como apresenta esse duplo efeito: por um lado, “o sistema de crédito acelera (...) o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial”, mas, por outro, como “a valorização do capital, fundada no caráter antitético da produção capitalista, permite [esse] desenvolvimento até certo ponto”, como ela põe “limites imanentes à produção que são rompidos pelo sistema de crédito de maneira incessante”, “o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição” e, assim, engendra crises de superacumulação ainda mais portentosas.¹² A diferença acima aludida reflete, portanto, um modo de expandir a acumulação que é próprio e imanente ao sistema – um modo que nada tem de excrescente (Prado, 2014A). E ela existe e prospera porque é uma expressão necessária, em última análise, do desenvolvimento da contradição entre a valorização¹³ e a produção que mora no miolo do modo de produção capitalista.

Segundo Duménil e Lévy, a luta dos capitalistas pela retomada da hegemonia e, assim, pela apropriação de uma fração maior da renda gerada na economia capitalista, sob a capa da ideologia neoliberal, desencadeou as ondas convergentes da financeirização e da globalização que varreram, a partir da década dos anos 1980, a história contemporânea do mundo como um todo. Em seu desenvolvimento, a “ordem

¹¹ Segundo Lohoff e Trenkle, “a emergência destas mercadorias [isto é, das mercadorias financeiras] transforma o movimento de acumulação do capital global; pois, do ponto de vista do capital global, passa a existir uma diferença estrutural entre a multiplicação do capital e a multiplicação do valor” (Lohoff e Trenkle, 2014, p. 141).

¹² As citações que foram aqui reunidas para reconstruir o argumento de Marx de uma forma mais direta provêm do parágrafo final do capítulo XXVII do terceiro volume de *O Capital* (Marx, 1983B, p. 335).

¹³ O valor e, assim, a valorização, como se sabe, são ilusões reais, existências socialmente válidas; ora, é possível ver aqui que ele e ela podem assumir o caráter de ficções.

social” do neoliberalismo, a qual emergira da crise dos anos 1970, produziu uma baixa taxa de acumulação e um crescimento espetacular do endividamento nos países desenvolvidos, assim como enormes déficits de comércio exterior nos Estados Unidos. Observando que redundou numa crise estrutural, julgam então que se encontram já na presença da crise do neoliberalismo. Avaliando, em consequência, que a continuidade dessa “ordem” se afigura como insustentável, chegam à conclusão que ela será substituída por uma nova “ordem social”, o neogerencialismo.

Ora, do ponto de vista da crítica da economia política, a deficiência fundamental dessa teorização como um todo é que ela não reconhece a naturalização e, assim, o estranhamento – e, também, o caráter fetichista – do processo social e econômico centrado na relação de capital. De modo espontâneo, ela o toma como realidade dada ou posta, natureza de segunda ordem, que em última análise deve mesmo ser explicada pela ciência moderna, positiva e dura. Em consequência, não é capaz de apreender o capital como sujeito automático, como processo que lavra no inconsciente do processo social e que captura até certo ponto as consciências dos agentes econômicos, sejam eles trabalhadores, gerentes ou capitalistas. Ao fazê-lo, o capital faz as pessoas trabalharem em prol do que parece ser o mero crescimento econômico, mas vem a ser, isto sim, o seu processo de acumulação.

Ao contrário, a ciência marxiana do modo de produção e das formas de pensamento que apenas querem apreendê-lo como realidade positiva, caracteriza-se sobretudo pela científicidade dialética – que é inherentemente crítica. Pois, quer ir sempre além da aparência das coisas, tem a ambição de expor as contradições entranhadas nas estruturas sociais, assim como os seus modos próprios de desenvolvimento, os quais eram chamados por Marx, às vezes, de “leis”. Em sua perspectiva, o cerne do capitalismo está constituído por um sistema de relações sociais indiretas, as quais se apresentam como relações de coisas, isto é, como relações sociais de mercadorias. O método é, pois, imanente ao objeto, ressaltando aqui que este não inclui somente os funcionamentos sistêmicos enquanto tais, mas também a sua reflexão no pensamento humano ordinário dos agentes e mesmo dos cientistas do sistema.

Em consequência, o método marxiano não pode ser confundido com uma metodologia de análise que apreende o evolver do capitalismo como consequência da luta de classes, apreendida esta última, por sua vez, como mero evolver do conflito de classes, confundido assim as contradições sociais com os fenômenos que elas originam. Portanto, para compreender o período recente do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, caracterizado grosso modo como neoliberal, é preciso partir, primariamente, da apreensão da lógica interna da acumulação de capital nesse mesmo período. Pois, essa lógica vem a ser ela própria o fundo estrutural das ações econômicas e mesmo das ações políticas, especialmente daquelas que regulam o sistema econômico. Na crítica marxiana, como bem se sabe, elas aparecem como são suportes das relações sociais coisificadas. Eis que essas ações, portanto, por se encontrarem de fato voluntariamente atreladas a essa lógica sistêmica e objetivaposta pelo evolver da relação de capital, gozam apenas de certa autonomia.

As ondas recentes de financeirização e de globalização, então, tem de ser compreendidas, primeiro, a partir das contradições do processo de acumulação de capital no capitalismo avançado. Isto é, é preciso estudar o evolver da antítese entre a valorização do capital e a produção de mercadorias – não só das mercadorias reais, mas também das mercadorias formais, financeiras. Estas, como se sabe, ganharam uma

notável centralidade e proeminência conforme caducou o surto de crescimento do pós-guerra que, diferentemente do que veio depois, baseou-se primariamente na expansão acelerada do capital funcionante. Entender, então, a raiz estrutural da exacerbação recente do capital financeiro é crucial para compreender o capitalismo que surgiu depois da década dos anos 1970. Trata-se esta, entretanto, de uma tarefa muito extensa que não poderá ser desenvolvida neste artigo.

Referências

- Duménil, Gérard e Lévy, Dominique – *Crise et sortie de crise – ordre et désordres néolibéraux*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- _____ – *Économie marxiste du capitalisme*. Paris: La decouverte, 2003.
- _____ – *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004.
- _____ – A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: *A finança capitalista*. Ed. Brunhoff, Suzanne... et al. São Paulo: Alameda, 2010A, p. 183-246.
- _____ – Os três campos da teoria das relações financeiras de Marx: o capital financeiro de Hilferding and Lênin. In: *A finança capitalista*. Ed. Brunhoff, Suzanne... et al. São Paulo: Alameda, 2010B, p. 246-300.
- _____ – *The crisis of neoliberalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011.
- Lohoff, Ernest e Trenkle, Norbert – *La grande dévalorisation – Pourquoi la spéculation et la dette de l'État ne sont pas les causes de la crise*. Paris: Post-éditions, 2014.
- Marx, Karl – O capital – Crítica da Economia Política. Volume I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983A.
- _____ – O capital – Crítica da Economia Política. Volume III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983B.
- Prado, Eleutério F. S. – Exame crítico da teoria da financeirização. In: *Crítica Marxista*, nº 39, 2014A, p. 13 -34.
- _____ – A estagnação secular e o futuro do capitalismo. In: *Revista do NIEP – Marx e o Marxismo*, vol. 2, nº 3, 2014B, p. 251-273.
- Ricardo, David – *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.